

# O neoconservadorismo e a “nova razão do mundo”

Bruna Maria de Sousa do Nascimento  
Rita de Cássia Cavalcante Lima

## Introdução

Este capítulo parte da dissertação intitulada “A nova razão do mundo, a tendência neoconservadora e as políticas sociais” (Nascimento, 2021) que reconstituiu o que se entende por conservadorismo moderno com a sua “nova razão do mundo”, noção cunhada por Dardot e Laval (2016), em face à crise contemporânea do capital e a sua ofensiva neoliberal e neoconservadora sobre as políticas sociais públicas. Desta dissertação, ficou uma aproximação aos fundamentos do liberalismo, das duas vias de resposta à crise do capital após a Primeira Guerra Mundial – o “novo liberalismo” de John Maynard Keynes (1883-1946) e o neoliberalismo de Friedrich Hayek (1899-1992) – e do neoconservadorismo. A dissertação dialogou com os autores franceses Dardot e Laval (2016), reconhecendo os traços que compõem a racionalidade neoliberal – democrática, gerencialista, dessimbolizadora da política e da soberania popular, valorizadora do tradicionalismo moral e da família heteropatriarcal – e com a autora estadunidense Brown (2019) que, atenta à crise de 2008 nos EUA, sumariou a racionalidade de Hayek que

[...] visa afirmar a liberdade contra o mandato político, os indivíduos contra o coletivo e o desenvolvimento espontâneo contra o projeto racional. Ele busca desreificar a sociedade como nada mais que indivíduos e busca o destronamento da política de modo que o mercado e a moral possam retomar seu lugar puro e de direito. (Brown, 2019, p.126-127).

A referida dissertação, fruto da pesquisa na Área do Serviço Social, veio ao encontro do conteúdo programático da 5ª Edição do Projeto ABEPSS Itinerante, em 2020, intitulado “Ética e Direitos Humanos: elementos para a crítica ao conservadorismo”. Muitas fontes bibliográficas foram acionadas, como Jamerson Murillo Anunciação de Souza, Osmir Dombrowski, Maria Lúcia Barroco, Olegna Guedes, Deivision Faustino, Adrianyce de Sousa, dentre outras; além de material artístico<sup>13</sup>.

Para este artigo, retomaremos o diálogo com Dardot e Laval (2016), considerados autores polêmicos no Serviço Social em face à influência da biopolítica de Michael Foucault (2008). Esse capítulo objetiva, então, retomar a discussão sobre o neoconservadorismo e a defesa de que o neoliberalismo estabeleceu uma “nova razão do mundo” no atual estágio do capitalismo, substratos fundamentais para apreender e lutar contra o crescimento da extrema direita, à crise ambiental global e à precarização do trabalho. Para isso, será recuperada brevemente a crítica de Coutinho (2010) à miséria da razão, da qual o anti-humanismo e o anti-historicismo de Foucault são expressões. Entretanto, também se indica o que escapa a esta análise quando se toma a obra posterior, o “Nascimento da Biopolítica”, para se compreender o fundamento da proposição dessa nova racionalidade.

---

<sup>1</sup> Um dos resultados da 5ª Edição do Projeto ABEPSS Itinerante foi a organização e a divulgação de material de formação na forma remota. Desta forma, todas as fontes e materiais podem ser acessados no seguinte link: <https://itinerante.abepss.org.br/>

## Há algo novo no “Nascimento da Biopolítica”?

Os capítulos que compõem este livro foram aulas escritas entre 1978 e 1979, como resultado de um curso ministrado por Foucault (1926-1984) no Collège de France, entre 10 de janeiro a 4 de abril de 1979. A obra compõe uma ampliação do universo intelectual do filósofo com diálogos com autores e temas até então ausentes em sua obra, impulsionados pela explosão da contestação estudantil, em maio de 1968. Ele propôs um plano de análise ao liberalismo clássico e, particularmente, ao neoliberalismo alemão, francês e ao estadunidense, extraindo o que nomeou de razão governamental, enquanto tipos de racionalidade que orientavam a conduta dos homens. O autor estava interessado em entender a capilaridade do poder até os sujeitos, que passava os constituir como empresários de si mesmo. Para Foucault (2008), o neoliberalismo se conforma como uma racionalidade que instiga cada sujeito a uma máxima *performance* em todas as atividades da vida social, portanto, uma racionalidade que toma a esfera da economia como relevante, mas a atravessa, gerando novas e mais sutis formas de poder sobre sujeitos.

Foucault abre o curso indicando que nos textos anteriores estava atento à arte de governar e que o “Nascimento da Política” abre não somente um novo tema, mas também um novo método. Para enunciar o biopoder, mais atento à economia e correlato ao seu interesse em compreender que mudanças estavam em curso com o neoliberalismo, ele infere os seguintes traços do método usado.

Eu gostaria de fazer precisamente o inverso, isto é, partir dessa prática tal como ela se apresenta, mas ao mesmo tempo tal como ela é refletida e racionalizada, para ver, a partir daí, como pode efetivamente se constituir, um certo número de coisas [...]. Em outras palavras, em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes, em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas, gostaria de partir dessas práticas concretas e, de certo modo, passar os universais pela grade dessas práticas. (Foucault, 2008, p. 5).

A cada capítulo, Foucault enuncia como essa proposta de inversão no método está sendo operada. Porém, a análise crítica dessa intenção não é objeto deste artigo, não indicando nem entusiasmo nem ceticismo. De fato, o “Nascimento da Biopolítica” foi escrito em finais da década de 1970, após a efervescência do movimento estudantil, diferente do lançamento da primeira edição do livro “O estruturalismo e a miséria da razão” de Carlos Nelson Coutinho, em 1972, que incidiu sobre *A arqueologia do saber*.

Essa concepção menos pobre do intelecto poderia motivar confusões, levando a supor que Foucault (...) atribua à historicidade objetiva do real um papel determinante em sua “concepção do mundo”. Isso não ocorre: essas transformações da “epistem” (do intelecto fetichizado) não têm nele a menor relação com a história real, ou mesmo com a história ideal do pensamento, pois são bruscas e inexplicadas reviravoltas que ocorrem no plano “arqueológico” (Coutinho, 1972, p. 160).

Netto sumaria a crítica de Coutinho às matrizes estruturalistas, da qual Foucault é um expoente, ao escrever o posfácio da segunda edição do livro “O estruturalismo e a miséria da razão”. Para Netto, a crítica “incide na autonomização que promovem da epistemologia em relação à ontologia” (Netto *apud* Coutinho, 2010, p. 243),

Para Foucault, o neoliberalismo funda um certo tipo específico de racionalidade e de sujeito, cuja arte de governar começou a ser pensada na metade do século XVIII, cotejando a emergência do liberalismo clássico à crítica de um Estado excessivo que precisaria ser limitado por algo mais universal do que a vontade de um soberano; no caso, a lei. Para o autor, o mercado era revelador de um padrão de verdade a ser investigado, pois guiaria a intervenção do Estado.

Assim, Foucault retoma o método que utilizou na “História da Loucura”, lançado inicialmente em 1961 e que deu origem à compreensão do objeto capturado pelo saber da psiquiatria e do poder resultante que derivou de suas práticas.

Era a mesma questão que eu formulava quando indagava, não se a loucura existe, vou examinar se a história me dá, me remete algo como a loucura; não, ela não me remete algo como a loucura, logo a loucura não existe. Não era esse o raciocínio, não era esse o método, de fato. O método consistia em dizer: suponhamos que a loucura não exista. Qual é, por conseguinte, a história que podemos fazer desses diferentes acontecimentos, dessas diferentes práticas que, aparentemente, só pautam por esse suposto algo que é a loucura? (Foucault, 2008, p. 5).

A obra de Foucault, portanto, incidiu sobre temas relevantes, mas o fez sobre uma operação epistemológica que refutou a ontologia marxista, onde “o princípio básico desse humanismo é a tese da autocriação do homem, a afirmação de que o homem é o produto de sua própria atividade enquanto ser social.” (Netto *apud* Coutinho, 2010, p. 222-223). No “Nascimento da Biopolítica”, ele explora um tema novo em sua obra, fértil para o tempo histórico de sua escrita e para o atual. Que mudança qualitativa no método se deu nesse texto, como dito antes, não é objeto deste trabalho. Porém, a base da postulação de Dardot e Laval (2016) de que o neoliberalismo constituiu uma “nova razão do mundo” está nesse texto de Foucault não explorado pela crítica na área do Serviço Social. Ao nosso ver, estes autores também não estabelecem uma continuidade à obra de Foucault, seja pela sua estatura teórica seja porque vincam a proposição de uma nova racionalidade no neoliberalismo em face às mudanças histórico-sociais concretas.

Muito diferente da coerente crítica de Coutinho (2008) ao anti-historicismo de Foucault que rejeita a história “no plano da gênese real, como também no plano sistemático” (2008, p. 161), Dardot e Laval (2016) a recuperam ao inferir que “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia ou um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (2016, p.7). Assim, aprofundemos a discussão sobre o conservadorismo moderno e o que, efetivamente, é tratado como “nova razão do mundo” no estágio neoliberal do capitalismo.

## **Do liberalismo à “nova razão do mundo” e o neoconservadorismo**

A “nova razão do mundo” é histórica, mas segundo Marx (1982) “A história não faz nada”, o que há são mulheres e homens que “agem em condições dadas, e por sua ação, tentam abrir um futuro para eles. Cabe a nós permitirmos que um novo sentido do possível abra caminho<sup>2</sup>”.

---

<sup>2</sup> Nota: DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. – 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2016, p.402.

Para decodificarmos sobre o tema de nosso estudo, focamos nesse primeiro momento sobre o liberalismo – que ganha notoriedade no Iluminismo – caracterizado por ser “um mundo de tensões” como retrata Dardot e Laval.

Na perspectiva dos autores, no que tange ao pensamento liberal dominante em meados do século XIX tem-se como dogmas: a propriedade privada, o equilíbrio de mercado, a liberdade de comércio e o direito natural e, acredita-se, na ideia das “virtudes da harmonia natural dos interesses e no livre desabrochar das ações e das faculdades individuais.” (Dardot e Laval, 2016, p.42).

Com o tempo e a não absorção da ideia de empresa moderna, o liberalismo entra em ruínas que vão se penetrando até a primeira guerra mundial e o entreguerras e essa longa crise do liberalismo, que vai dos anos 1880 a 1930, advém também do conflito entre os dois tipos de liberalismo, o liberalismo dos partidários (com a ideia de liberdade individual) e o liberalismo dos reformistas sociais (com a ideia de bem comum). Podemos dizer, por hora, que essa tensão só facilitou a gênese do neoliberalismo<sup>3</sup> na primeira metade do século XX.

Mas, adentrando nesse “mundo de tensões”, a crise do liberalismo é uma crise de governabilidade liberal, que justifica a intervenção política no campo econômico e social no capitalismo, de acordo com os estudos de Michel Foucault.

Para Dardot e Laval o liberalismo clássico definitivamente não absorveu

[...] o fenômeno da empresa, sua organização, suas formas jurídicas, a concentração de seus recursos, as novas formas de competição. As novas necessidades de produção e de vendas exigiam uma ‘gestão científica’, que mobilizasse exércitos industriais enquadrados num modelo hierárquico de tipo militar por pessoal qualificado e dedicado (2016, p.40).

A empresa moderna era um fato que a ciência econômica dominante ainda não conseguia entender. Destarte, os liberais se enclausuravam dando ar de conservadores e inábeis de entender a sociedade de seu tempo. O desajustamento dos procedimentos liberais sobre a regulação da condição salarial e o antagonismo com as tentativas de reformas sociais formaram um outro fator de crise desse pensamento.

Um pensador dessa crise da governabilidade liberal que no final do século XIX reage contra o intervencionismo da economia e do social, bem como, do utilitarismo empírico, propondo outra ideia de utilitarismo mais evolucionista e biológico e, sobretudo, sua “lei de evolução”, além de ser contra a intervenção estatal que se resume em apenas acomodar o que já existe e viabilizar, sem criar direitos, os contratos já existentes e a assistência aos pobres é Herbert Spencer.

Pouco lembrado nos estudos de hoje, Spencer é a favor do mandamento cristão: “Se uma pessoa não deseja trabalhar, não deve comer”, indicando que a sociedade tem leis como tudo na natureza (Dardot e Laval, 2016, p.48).

Esse pensamento põe em tela a questão da luta pela sobrevivência entre os pobres deixados à própria sorte, o que caracteriza o quanto esse aforismo é desumano em relação à proteção aos seres humanos. É o seu pensamento que nos Estados Unidos e na Inglaterra trouxe a ideia de troca para a concorrência nas relações sociais e que corresponde, posteriormente, num assunto central no neoliberalismo.

Como as democracias liberais foram postas em pauta com a primeira guerra mundial e as crises econômicas, o Estado foi recorrido como um salvador de recuperação dessa

---

<sup>3</sup> Consideramos o termo neoliberalismo por constituir o protótipo dos projetos anteriores e dos projetos atuais.

problemática, o que contraria a ideia do *laissez-faire* (livre mercado), mas com a conotação de somente conformar o que já existe.

No fim do século XIX, nos Estados Unidos, o significado dos termos *liberalism* e *liberal* sofreram uma mutação para assinalar uma doutrina que abdicava o *laissez-faire* e objetivava reformar o capitalismo. É assim que o “novo liberalismo” advém da verificação de que os dogmas liberais não assentaram novos contornos para intervenção do governo.

Uma figura que destaca a requisição desse nome o “novo neoliberalismo” foi o John Maynard Keynes, defensor do Estado de Bem-estar social, que definia o que era agenda e não agenda sobre a intervenção política. Para ele, o Estado devia ser regulador e redistribuidor do “socialismo liberal”.

Este “novo liberalismo”, por assim dizer, é uma opção mediante ao socialismo coletivista e marxista, assim sendo, os liberais novos rejeitam a luta de classes e concordam com um “socialismo liberal”, ou seja, social-democrata. Em seguida, entendemos que esse “novo liberalismo” é o avesso do neoliberalismo, que é contra o Estado interventor keynesiano (Dardot e Laval, 2016, p.57).

Como assegura Polanyi,

Para que a sociedade inteira se organize de acordo com a ficção da mercadoria, para que se constitua como uma grande máquina de produção e troca, a intervenção do Estado é indispensável, não apenas no plano legislativo, para fixar o direito de propriedade e contrato, mas também no plano administrativo, para instaurar nas relações sociais regras múltiplas necessárias ao funcionamento do mercado concorrencial e fazer com que sejam respeitadas. (*apud* Laval e Dardot, 2016, p. 63-64).

Destarte, o plano era salvaguardar a sociedade capitalista, “o fim do capitalismo”, mas logo depois veio os totalitarismos depois da Primeira Grande Guerra e o neoliberalismo como projeto social global.

Diferente do “novo liberalismo” de Keynes, o neoliberalismo – cujo primeiro laboratório de suas políticas foi o Chile – teve que reabilitar a intervenção pública com a lógica do mercado centralizada na concorrência, e esse cruzamento é importantíssimo para compreender do que se trata o neoliberalismo, que tem os resquícios da ideia de Spencer na segunda metade do século XIX.

O Estado na ordem neoliberal é o espelho de uma empresa. Ele constrói o mercado e é constituído pelo mercado, é uma máquina empreendedora que deve, como os atores privados da “governança”, dirigir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como empreendedores (Dardot e Laval, 2016, p.378).

Nessa linha de raciocínio, podemos dizer, segundo os autores, que o neoliberalismo é uma racionalidade gerencial dominante onde leis e normas são apenas instrumentos que estão na órbita de uma crise financeira e uma crise de governabilidade neoliberal, com a locação de novas normas.

Como apontam os pensadores: “*No entanto, a racionalidade neoliberal pode articular-se a ideologias estranhas à pura lógica mercantil sem deixar de ser a racionalidade dominante*” (2016, p.388). Aqui faremos uma breve pausa para incluir o quanto o neoconservadorismo<sup>4</sup> como uma racionalidade vai atuar nos campos da política, da normativa e também da economia e da cultura nos tempos atuais.

---

<sup>4</sup> Nesse trabalho consideramos o termo neoconservadorismo como o que explica o projeto de conservadorismo ideológico na atualidade.

Como nos ensina Laval em sua Conferência no Brasil (2018), o Estado neoliberal capitalista, passa a ser transformado num Estado que tem como forma e função a generalização de um tipo de funcionamento onde a concorrência é cada vez mais implementada no espírito da empresa difundindo em instrumento da ordem social, cujos indivíduos adotam uma nova subjetividade capitalista, como empreendedores de si mesmos. (Foucault, 2010).

Em relação à democracia, o neoliberalismo não é democrático, nem formalmente, portanto, chamamos de ademocrático, pois produz uma polarização crescente entre as classes, cujos direitos sociais têm importância secundária, meramente formal, favorecendo a classe burguesa. Tal projeto possui uma racionalidade global, que submerge todas as extensões da existência humana.

Para a pesquisadora Wendy Brown (2019), a privatização econômica neoliberal subverte profundamente a democracia. Ela gera e legitima a desigualdade, a exclusão, a apropriação privada dos comuns, a plutocracia e um imaginário democrático profundamente esmaecido. Prontamente, a outra forma de privatização, por meio da familiarização e da cristianização realizada pela extensão da “esfera pessoal e protegida”, subverte a democracia por meio de valores morais antidemocráticos<sup>5</sup>.

Os autores Dardot e Laval nos lembram, lucidamente, que o neoliberalismo não é herdeiro natural do liberalismo, não possui uma “harmonia natural social” de Spencer, mas trata-se de como fazer do mercado “o princípio do governo dos homens como o governo de si” que é “*o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade*”, prevalecendo assim a lógica de que tudo se concentra sob a concorrência e o empreendedorismo (2016, p.34).

Nessa análise as palavras-chave da expansão do neoliberalismo no mundo são: competitividade e concorrência, que vai muito longe da esfera mercantil e financeira, para além do mercado, produzindo uma subjetividade contábil e financeira entre os indivíduos, um “capital humano”, ou seja, a subjetivação capitalista.

Portanto, para os intelectuais, a crise que abrangemos hoje é “uma crise global do neoliberalismo como modo de governar as sociedades”, ou seja, uma crise global de governabilidade neoliberal, modo de governo fundamentado na “generalização do mercado e da concorrência” (Brown, 2019, p.27).

Nesse plano, o Estado aprofunda o seu vínculo aos interesses do capital, não absorvendo os direitos dos trabalhadores, mas favorecendo os interesses da classe burguesa, como verificamos no Brasil, sobretudo, mais recentemente, após o governo de Dilma Rousseff e a eleição que se seguiu no país, com o crescimento do neoconservadorismo nas classes mais favorecidas.

Recuperando a apropriação de Brown, sobre os valores tradicionais, estes “são politizados, transformados em tática e comercializados”. A moralidade “*causa um curto-circuito na tradição e, ademais, é desatrelada da autoridade natural que Hayek imaginava para ela com seu avanço por meio de discursos e instrumentos libertários.*” (Brown, 2019, p.144-145).

Como assinala a autora, quando versamos sobre o neoconservadorismo, percebemos que a maioria dos estudiosos tem tratado dos compromissos da direita com a política do neoliberalismo e com valores como se fossem separados.

---

<sup>5</sup> Ver BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. – São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p.141.

Na pesquisa de Brown, o intitulado “padrinho do neoconservadorismo” é Irving Kristol, que tratou a política com valores morais como componente aos mercados livres, o que alude “na promoção de valores tradicionais nas famílias, escolas e espaços cívicos, na corroboração de uma influência religiosa e no cultivo do patriotismo”. Nesse espectro, “a política neoconservadora aborda a necessidade de um Estado forte para promover o interesse nacional.” (2019, p.111).

Mas para a estudiosa, essas duas racionalidades neoliberalismo e neoconservadorismo juntas produzem forças de desdemocratização e esse fenômeno é importante para entender a união entre essas categorias nos tempos atuais.

Nos estudos de Brown (2019), William E. Connolly trata sobre o raio-x entre o cristianismo evangélico de hoje e a cultura capitalista, questões tão atuais para verificarmos no âmbito do Brasil, pois há um crescimento da direita com um discurso moral e evangélico que impregna a nossa sociedade.

Enfim, os pensadores atravessam o debate da importância da família não só para a moral, mas também para a política. Para os neoliberais, a família não era somente uma rede de proteção, mas “*um reservatório de disciplina e uma estrutura de autoridade.*” (Brown, 2019, p. 114).

Voltando ao raciocínio, podemos destacar outro pensador importante sobre o neoliberalismo que foi Friedrich Hayek, um dos intelectuais neoliberais adeptos a um Estado forte. Foi ele quem criticou o social, a sociedade e social-democracia, cujo maior erro “jaz em sua tentativa de substituir uma ordem espontânea evoluída historicamente, suportada pela tradição e instalada no costume, por projetos racionais mestres para a sociedade” (Brown, 2019, p.131).

Na ótica de Hayek, a relação entre mercado e moral “*estão enraizados em uma ontologia comum de ordens espontaneamente evoluídas carregadas pela tradição*”, a tradição permite uma sociedade livre, e é extraída do padrão de mercado, assim ele busca cultivar as convenções e os costumes do intercâmbio humano e é a religião que reúne e imprime a tradição (Brown, 2019, p.118).

Para a intelectual, Hayek sustenta “desreificar a sociedade como nada mais que indivíduos e busca o destronamento da política de modo que o mercado e a moral possam retomar seu lugar puro e de direito”. Porém, de acordo com Brown, essa moralidade que o Estado dita é o totalitarismo. “O Estado só pode assegurar os pré-requisitos da vida moral: liberdade, propriedade, regras universais de justiça e deferência política à tradição.” (2019, p.126-127).

Importante no pensamento de Hayek, no âmbito do neoliberalismo e a reformatação do tradicionalismo como liberdade é o conceito de expansão da “esfera pessoal protegida”, que deve ser alargada de conteúdo e seu domínio. Para Brown, “A defesa da ‘esfera pessoal protegida’, assim expandida, é o meio pelo qual a tradição e a liberdade repelem seus inimigos – o político e o social, o racional e o planejado, o igualitário e o estatista” (2019, p.128-129).

Só para ratificar, o

[...] neoliberalismo combate essa apreensão equivocada por meio da afirmação da ordem enraizada na tradição e na liberdade; ele trava essa briga por meio de um *ethos* e de uma prática desregulatória de longo alcance e por meio da demonização dos esquemas de justiça estatal, do fortalecimento da tradição contra tais esquemas e da oposição à própria ideia de soberania popular. (Brown, 2019, p.132).

Destarte, o neoliberalismo não afeta somente a área econômica, mas todas as esferas da vida social, exige dos indivíduos que sejam competitivos, empreendedores de si mesmos, como “capital humano”, se autovalorizando em tudo o que se faz, como destaca Laval (2018).

Na perspectiva do autor, o neoliberalismo não é um retorno a Adam Smith, na verdade teve uma refundamentação já na década de 1930, decorrendo em etapas e possuindo outras aplicações e estilos se tornando um plano político, jurídico e institucional.

Com esse embasamento ponderamos agora, sob um grande recorte, a realidade brasileira nessa nova fase neoliberal do capitalismo. De fato, os acontecimentos em âmbito nacional recentes têm intrigado vários autores a decifrar a “onda conservadora”<sup>6</sup> que o país está passando.

No Brasil, o conservadorismo parte, inicialmente do próprio governo federal, pela aliança do Partido dos Trabalhadores (PT) como os domínios mais conservadores da política como Sarney, Renan Calheiros, Maluf, Collor, Michel Temer, entre outros. Além disso, verificamos que tivemos um Congresso Nacional em 2014 mais conservador da história da República nacional, bem como, o maior reacionarismo burguês do Brasil.

Com o respaldo dos estudos de Felipe Demier, podemos dizer que vivemos uma “democracia blindada brasileira” para uso exclusivo do capital, que constitui a “gestão burguesa da luta de classes”. Burguesia essa que agora não usa máscaras (2016, p.12-11).

Para o autor, “O conservadorismo vem, portanto, há algum tempo, se sedimentando no tecido social brasileiro, e hoje não rareiam suas manifestações epidérmicas. Em várias instâncias de nossa sociabilidade burguesa periférica, a hegemonia conservadora é visível”. Fruto desse processo e do avanço do neoliberalismo, na política, na economia, nas expressões artísticas, na educação, nas ciências, na saúde, nos esportes, nas relações afetivas e domésticas, por fim, no ramerrão da vida cotidiana, predominam no país, práticas e visões de mundo profundamente neoconservadoras (Demier; Hoeveler, 2016, p.23).

Como indica Demier, as Jornadas de Junho, de 2013, foram importantes para o quadro nacional, despertaram a força da luta dos jovens e da população em geral que foram às ruas protestar contra o aumento das tarifas de ônibus, como também, por saúde e educação de qualidade. As elites brasileiras consideram esse feito como uma ameaça à ordem do capital e houve grande reação da extrema direita em uma sociedade cada vez mais polarizada.

A “democracia blindada” conduzida pelo governo petista de Dilma Rousseff reagiu às jornadas de junho e teve na base, o surgimento da “onda conservadora” que emerge depois com o golpe de 2016 e no contrarreformismo com foco na classe trabalhadora<sup>7</sup>.

Dessa maneira, Demier relata

As jornadas de junho de 2013 foram, de certa forma, uma expressão dessa nova situação. O alto custo de vida, o caos nos serviços públicos, e nos transportes em [...] particular, tornaram a vida praticamente insuportável para a maior parte da população, que iniciou vertiginosamente uma ruptura com o petismo no poder. Diante disso, até mesmo a capacidade do PT de domesticar os movimentos sociais e aplicar os ajustes tornou-se menor, diminuindo, por conseguinte, sua serventia política ao capital. Esse novo contexto fez renascer das cinzas a então

---

<sup>6</sup> Termo utilizado num artigo de Guilherme Boulos. Ver DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil / Álvaro Bianchi... [et al.] – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 10.

<sup>7</sup> Demier, F. 1980 – Depois do golpe; a dialética da *democracia blindada* no Brasil. – 1. Ed. – Rio de Janeiro, 2017, p.81.

Oposição de Direita, com destaque para sua direção tucana, o que pôde ser percebido já nos resultados do segundo turno de 2014. (2017, p.84).

Após a derrubada do governo Dilma em 2016, a direita mais conservadora e reacionária sai às ruas demudando o panorama político do Brasil com o crescimento do chamado ódio de classe. Como afirma Boulos, “Quem teve força política para capitanear o discurso da mudança não foi a esquerda, mas a direita”<sup>8</sup>.

Conforme exposição de Demier,

Por meio de todos os poderes do Estado, os direitos democráticos são atacados, evidenciando uma amálgama entre uma plataforma economicamente neoliberal, politicamente reacionária, e profundamente conservadora no âmbito comportamental<sup>9</sup>.

Destacamos assim sobre essa racionalidade neoconservadora de nova face que caminha junto com a racionalidade neoliberal, pois ela vai além do campo comportamental. Avaliamos, então, que essa intersecção que tem face global é o ponto chave para entendermos o contexto social brasileiro nesse momento.

Desse modo, concordamos com Demier em relação a sua análise sobre a democracia brasileira, quando diz: “esta é uma democracia sem dentes, sem olhos, sem paladar, sem nada, isto é, um mero simulacro, cuja única e derradeira missão histórica é cortar direitos e aplicar um brutal ajuste fiscal que penaliza os setores subalternos, sugando-lhes até a última gota de sangue” (2017, p. 105) e isso tem a ver com o sistema no qual estamos submersos.

Na crise do capital, “um dos reconhecidos componentes da crise do capitalismo, em curso desde o início da década de 1970 do século XX e agravada nos dias de hoje, é o de um profundo mal-estar do Estado democrático de direito, diga-se da democracia burguesa.” (Demier, 2017, p.9).

Como instrui Demier:

As democracias a partir da década de 1980, por nós chamadas de “democracias blindadas”, evidenciaram uma arquitetura bastante diferente. Dotadas de um caráter “hegemônico” – isto é, combinando de forma equilibrada elementos de consenso e coerção –, tais democracias apresentam estruturas de funcionamento hermeticamente fechadas às pressões populares, preservando seus núcleos institucionais decisórios como espaços exclusivos dos interesses da classe dominante (2017, p.33).

O autor responde que reservadas dos direitos e com expansão de políticas sociais compensatórias (2017, p.33), as democracias oferecem outra forma de trato da “questão social” por parte do Estado capitalista, onde a cobertura midiática ajuda na “blindagem” das democracias de hoje, que são “alicerces centrais das democracias blindadas”.

---

<sup>8</sup> Demier, F. A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p.30.

<sup>9</sup> DEMIER, Felipe, 1980 - Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual. Demier, F. 1980 – Depois do golpe; a dialética da *democracia blindada* no Brasil. – 1. Ed. – Rio de Janeiro, 2017, p.99.

## Considerações finais

Para finalizar, o estudo objetivou recuperar inicialmente o diálogo com Dardot e Laval (2016) em face à influência da biopolítica de Michael Foucault (2008), a discussão sobre o neoconservadorismo e a defesa de que o neoliberalismo estabeleceu uma “nova razão do mundo” no atual estágio do capitalismo, substratos fundamentais para apreender e lutar contra o crescimento da extrema direita, à crise ambiental global e à precarização do trabalho.

Do mesmo modo, entendemos que o liberalismo e o “novo liberalismo” são processos dinâmicos do capital para compreendermos do que se trata a transformação do Estado neoliberal, ou como Laval chama hoje de “novo neoliberalismo” como uma nova etapa desse projeto, a “nova razão do mundo”.

Igualmente, podemos dizer que esse projeto caminha com o neoconservadorismo no mundo e, mormente, no Brasil como percebemos hoje. País que vivencia questões graves na política, na economia, na cultura e nas subjetividades.

Lembremos do governo PT, do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, do golpe de 2016 com Michel Temer e do governo de ultradireita de Jair Messias Bolsonaro em 2019 no país, tempos de retrocessos e crise do capital, sobretudo, na área da educação e da saúde no momento de pandemia da Covid-19 e a crise ambiental e sanitária instaurada no país.

Mas, de acordo com os estudiosos, mesmo diante desses reveses, as possíveis saídas são a garantia de uma democracia como valor universal e da luta dos movimentos sociais pelos direitos humanos rumo à nova ordem social socialista.

## Referências

- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como Valor Universal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Posfácio de José Paulo Netto. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMIER, Felipe. **Depois do golpe; a dialética da *democracia blindada* no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DEMIER, Felipe, **Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual** / Felipe Demier. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- DEMIER, Felipe; HOVELER, Rejane. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil** / Álvaro Bianchi... [et al.]. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LAVAL, Christian. Conferência. **A nova razão do mundo. Do neoliberalismo ao comum**. **Tv Boitempo**, 2018.

MARX, Karl. **OEuvres III**. Paris, Gallimard, 1982, Coleção La Pléiade.

NASCIMENTO, Bruna Maria de Sousa do. **A “nova razão do mundo”**: a tendência neoconservadora e as políticas sociais. 2021, 96 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.